



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6975

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: José Marcos Martins de Freitas

Data: 26/09/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (NÃO VOTADO). Concede o título declaratório de utilidade pública à ONG “Alimentando Esperanças”.

Controle Interno – Caixa: 26.3 **Posição:** 70 **Número de folhas:** 04

Espece: PL
Categoria: não tramitado; não votado
Cl: 26.3
ordem: 70
nº fls: 20



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI N° / 2006

AUTOR:

VEREADOR – JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública, à ONG –

ALIMENTANDO ESPERANÇAS.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 26/09/2006
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

AS Oportunidades
26/09/06

PROJETO DE LEI Nº _____/2.006.

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública .

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “ **ONG ALIMENTANDO ESPERANÇAS** ”, inscrita no CNPJ sob o nº 06.988.985/0001-91, com sede á Rua: João Martins, 312 – Bairro : Vila Guilhermina, neste Município de Montes Claros / Minas Gerais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Montes Claros, 25 de setembro de 2.006.


VEREADOR – JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 26 DE SETEMBRO DE 2000

PRESIDENTE

Projeto de Lei
Constitucional
Arty



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à ONG – ALIMENTANDO ESPERANÇAS.”, de autoria do Vereador José Marcos Martins de Freitas.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 27 de setembro de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78.605